



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	74	do proc.	
n.º	1691	de 10	74
O funcionário	<i>[Signature]</i>		

SUBSTITUTIVO Nº 1/74 AO PROJETO DE LEI Nº 60/74

*ubiqui-
9.8.74*

[Signature]

"DISPÕE SOBRE SONS URBANOS, FI-
XA NÍVEIS E HORÁRIOS EM QUE SE
RÁ PERMITIDA A SUA EMISSÃO NAS
DIFERENTES ZONAS DE USO E ATI-
VIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-
CIAS."

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA: 2 AGO 1974

A. Lourenço

[Signature]

PRESIDENTE

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º. É proibido perturbar o sossego e o bem-es-
tar públicos e da vizinhança com sons de qualquer nature-
za que ultrapassem os níveis previstos para as diferentes
zonas de uso e horários, na presente lei e seus regulamen-
tos.

Parágrafo único. Respeitado o disposto no parágrafo 2º,
do artigo 13, as relações entre condôminos reger-se-ão ,
quanto à matéria, pelo que dispuser a Convenção de Condo-
mínio.

Artigo 2º. Para os efeitos desta lei, os níveis de som,
de acordo com as características das zonas de uso, previs-
tas na Lei nº 7 805, de 1º de novembro de 1 972, bem co -
mo os níveis máximos em que serão admitidos, nas diferen-
tes zonas, horários e atividades, ficam representados por
classes, a seguir designadas:

I - níveis de som de acordo com as características das
zonas de uso:

- a) K1 - para a zona estritamente residencial - Z1;
- b) K2 - para as zonas de predominância residencial -
Z2, Z8-CR1, Z8-CR2, Z8-CR4;
- c) K3 - para a zona de predominância residencial de
densidade média e zonas especiais - Z3 e Z8;
- d) K4 - zonas mistas de densidade média - Z4 e Z8-CR3;
- e) K5 - zona mista de densidade alta - Z5;

- 7 AGO 1974

TAQUIGRAFIA

SEÇÃO DO ARQUIVO	
FICHA Nº	
N.º DE FICHAS	N.º DE COPIAS
FICHA	CAPA
2	10



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	75	do proc.
n.º	1691	74
O funcionário		

- pág. 2 -

f) K6 - para a zona de predominância industrial - Z6;

g) K7 - para a zona estritamente industrial - Z7;

II - K8 - para o máximo nível de som admitido em determinadas zonas, de acordo com o estabelecido nos Quadros I, II e IV, anexos a esta lei;

III - máximos níveis de som admitidos para determinadas atividades:

a) - K9 - para o máximo nível de som admitido para as fontes sonoras de equipamentos de construção civil;

b) - K10 - para o máximo nível de som admitido para as fontes automotoras.

Artigo 3º. O Executivo fixará, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta lei, os valores numéricos correspondentes às classes a que se refere o artigo anterior, de acordo com a recomendação da Comissão de Zoneamento, que fica alterada na sua composição para integrar mais os representantes das seguintes entidades:

a) do Legislativo;

b) de um órgão oficial de pesquisas; e

c) da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Parágrafo único. As subseqüentes alterações dos valores a que se refere este artigo serão feitas pelo mesmo processo nele indicado.

CAPÍTULO II

SONS PRODUZIDOS POR OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Artigo 4º. As obras de construção civil estarão sujeitas aos níveis de som e horários constantes do Quadro I, anexo.

§ 1º. As atividades passíveis de confinamento estarão sujeitas aos níveis de som e horários constantes do Quadro II, anexo.

Câmara Municipal de

São Paulo

- pág. 3 -

§ 2º. As atividades de confinamento impraticável, ou que, apesar de confinadas, ultrapassarem o nível máximo para elas admitido, somente poderão funcionar no horário de 7,00 às 16,00 horas, se contínuas, e no das 7,00 às 19,00, se descontínuas.

Artigo 5º. Somente serão admitidas obras de construção civil, aos domingos e feriados, desde que satisfeitas as seguintes condições:

a) obtenção de alvará de licença especial, com discriminação de horários e tipos de serviços que poderão ser executados;

b) observância dos níveis de som e horários do Quadro IV, anexo.

Artigo 6º. As obras públicas de equipamentos de infra-estrutura e serviços correlatos estão condicionados ao estabelecido no Quadro III, anexo.

Artigo 7º. Será permitida, independentemente da zona de uso e do horário, e sem limitação de nível de som, toda e qualquer obra, pública ou particular, de emergência, que, por sua natureza, objetive evitar colapso nos serviços de infra-estrutura da Cidade ou risco da integridade física da população.

CAPÍTULO III

SONS PRODUZIDOS POR FONTES MÓVEIS E AUTOMOTORAS

Artigo 8º. Ressalvado o disposto nos artigos 9º, 10 e 11, e nas legislações federal e estadual específicas, o nível de som tolerado para as fontes móveis e automotoras será o da Classe 10 (K10).

Artigo 9º. Em todas as zonas de uso são proibidos quaisquer sons emitidos por fontes automotoras, como os de buzinas, sinais de alarme e outros equipamentos, nas proximidades de hospitais, pronto-socorros, sanatórios, clínicas e escolas, conforme sinalização.

Artigo 10. Fica proibido, no perímetro urbano do Município, o uso de buzinas a ar comprimido, ou similares, bem como, respeitada a legislação própria, qualquer outro tipo.



Câmara Municipal de São Paulo

77
1691/24

- pág. 4 -

Artigo 11. Fica proibido o trânsito de veículos, no Município de São Paulo, que não possuam dispositivo silencioso de escapamento conforme o fornecido pelos respectivos fabricantes.

CAPÍTULO IV

SONS PRODUZIDOS POR FONTES DIVERSAS

Artigo 12. Para os efeitos desta lei, são consideradas fontes diversas de sons todas as não mencionadas nos Capítulos II e III.

Artigo 13. Os estabelecimentos comerciais, industriais, institucionais, de prestação de serviços e as residências terão que se adaptar aos níveis de som fixados no Quadro IV para as diferentes zonas de uso e horários, dentro dos prazos e nas condições previstos nesta lei.

§ 1º. Os estabelecimentos existentes anteriormente a esta lei e os novos terão a renovação e a concessão de seus alvarás condicionadas a vistoria prévia que comprove tratamento acústico compatível com os níveis das zonas de uso em que estiverem situados, de acordo com o Quadro IV, anexo, salvo quanto aos primeiros, se em curso os prazos referidos neste artigo.

§ 2º. As disposições deste artigo e do parágrafo anterior aplicam-se aos edifícios em condomínio de uso misto.

Artigo 14. Em qualquer zona de uso não serão admitidos sons provocados por criação, tratamento e comércio de animais, de modo que venham a incomodar a vizinhança.

Artigo 15. Com exceção do disposto no artigo 16 e alíneas, é proibido: a detonação de explosivos, o uso de apitos, sereias, sinos, alto-falantes e outros aparelhos sonoros e a realização de manifestações coletivas, que se façam ouvir fora de recintos fechados, de forma a incomodar a vizinhança e os transeuntes.

Artigo 16. Não estarão sujeitos às proibições desta lei os sons produzidos pelas seguintes fontes:

a) aparelhos sonoros usados durante a propaganda e-



78
1691/74

Câmara Municipal de São Paulo

- pág. 5 -

eleitoral, conforme o disposto na legislação própria;

b) sireias ou aparelhos sonoros de viaturas quandoem serviços de socorro ou de policiamento;

c) detonações de explosivos empregados no arrebenta - mento de pedreiras e rochas ou nas demolições, desde que em horário e com carga previamente autorizados por órgão competente;

d) manifestações em festividades religiosas, comemora - ções oficiais, reuniões desportivas, festejos carnavales - cos e juninos, passeatas, desfiles, fanfarras, bandas de música, desde que se realizem em horário e local previa - mente autorizados pelo órgão competente ou nas circunstân - cias consagradas pela tradição;

e) sinos de templos, desde que os sons tenham duração não superior a 60 segundos, e apenas para a assinalação das horas e dos ofícios religiosos; e carrilhões, desde que os sons tenham duração não superior a 15 minutos, a ca - da 4 horas e somente no período diurno, das 7,00 às 19,00 horas.

CAPÍTULO V

SANÇÕES

Artigo 17. Verificada a infração a qualquer dispositi - vo desta lei, o órgão competente da Prefeitura, indepen - dentemente de outras sanções cabíveis, decorrentes da le - gislação federal ou estadual, aplicará, na forma deste Ca - pítulo, as penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) interdição da atividade, fechamento do estabeleci - mento, embargo da obra, apreensão da fonte;
- d) cassação do alvará de autorização ou de licença.

Artigo 18. A infração ao disposto no Capítulo II im - plicará na imediata interdição da atividade com a conces - são do prazo de 24 horas para que o infrator se adapte às condições ali impostas.



79
1691 74

Câmara Municipal de São Paulo

- pág. 6 -

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo acarretará multa, no valor de até 10 salários mínimos, por dia, até o máximo de 10 dias, quando, então, será embargada a obra.

Artigo 19. A infração ao disposto no Capítulo III implicará na imposição de multa, no valor de até 2 salários mínimos aos proprietário ou locatário.

§ 1º. Após a aplicação da multa, deverá o responsável apresentar-se, no prazo de 5 dias úteis, no órgão competente, com a fonte causadora do som devidamente regularizada.

§ 2º. O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior importará na aplicação da multa em dobro, após o prazo de 5 dias, e multa em triplo, após o prazo de 10 dias, quando, então, proceder-se-á à apreensão da fonte causadora da infração.

Artigo 20. A infração ao disposto no Capítulo IV importará na aplicação de multa, de até 10 salários mínimos, no ato, e renovável a cada reincidência.

Parágrafo único. Após a aplicação de 5 multas, será cassada a licença de funcionamento do estabelecimento ou apreendida a fonte sonora.

Artigo 21. Para os casos de que trata o Capítulo IV, e sempre que se justificar a medida, serão os responsáveis advertidos para procederem às adaptações necessárias nos seguintes prazos:

- a) de 3 meses a 1 ano para usos não industriais;
- b) de 3 meses a 3 anos para usos industriais.

Artigo 22. Fica estabelecida multa, de até 20 salários mínimos, renovada cada 30 dias, para os casos previstos no artigo anterior, até a cessação da irregularidade e independentemente do prazo concedido.

Parágrafo único. A multa a que se refere este artigo começará a ser aplicada após 90 dias da publicação desta lei.



80
1691
16/9/74

Câmara Municipal de São Paulo

- pág. 7 -

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 23. A Comissão a que se refere o artigo 3º desta lei determinará o equipamento e os processos de medição dos níveis de som.

Artigo 24. Nos casos de duas ou mais zonas confinantes e de uso diferente, fica estabelecido que se aplicará, ao longo dos logradouros limítrofes, o disposto nesta lei, para a zona que for mais restritiva.

Artigo 25. As fontes de som de determinada zona de uso não poderão transmitir, para outra zona de uso mais restritiva, níveis de som que ultrapassem os máximos fixados para esta última.

Artigo 26. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e, especialmente, a Lei nº 4 805, de 25 de setembro de ... 1 955.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1 974.


VEREADOR CELSO T. MATSUDA

